

(Tradução)

**GOVERNO DA  
REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU  
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA  
LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA  
ANO FINANCEIRO DE 2004**

**ÍNDICE**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>PRIMEIRA PARTE – Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2003 .....</b>	<b>4</b>
1. Continuidade nos trabalhos de Reforma Administrativa e progressos significativos nos serviços prestados ao público.....	4
2. Aceleração dos passos de recuperação e emergência de um novo panorama económico pleno de vitalidade.....	5
3. Intensificação de relações com o exterior e concretização progressiva dos projectos de infra-estruturas... ..	7
4. Solidariedade de toda a população na campanha de prevenção da epidemia/ /Harmonia e estabilidade social.....	9
5. Em conclusão .....	12
<b>SEGUNDA PARTE - Prioridades da acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2004.....</b>	<b>17</b>
1. Aprofundar a Reforma Administrativa e construir uma sociedade justa.....	17
2. Promoção do desenvolvimento económico e optimização da estrutura industrial.....	22
3. Tirar partido das oportunidades proporcionadas pelo Acordo CEPA e impulsionar a cooperação regional.....	27
4. Preparar a Reforma Educativa e impulsionar o desenvolvimento humano.....	31
<b>TERCEIRA PARTE – Evoluir com os tempos e coordenar o desenvolvimento.....</b>	<b>38</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>44</b>

**Governo da Região Administrativa Especial de Macau da  
República Popular da China  
Linhas de Acção Governativa  
Ano Financeiro de 2004**

**Chefe do Executivo Ho Hau Wah  
19 de Novembro de 2003**

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,

Excelentíssimos Senhores Deputados:

Em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, venho hoje apresentar, em cumprimento da Lei Básica, a esta nobre Assembleia reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2004.

## **INTRODUÇÃO**

Sob a égide dos princípios “um país, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” e alto grau de autonomia, a Região Administrativa Especial de Macau, ultrapassados os difíceis desafios e duras provas, acumulou experiências úteis, conquistou resultados e adquiriu capacidades para a realização de projectos.

Macau, ao longo deste ano, entrou numa nova fase de desenvolvimento. A população unida nos seus propósitos, logrou vencer a ameaça da Síndrome Respiratória Aguda Severa (SRAS). O Governo, com os trabalhos de prevenção da epidemia, ganhou novos conhecimentos no

âmbito da sua experiência de governação e demonstrou capacidade para efectuar os necessários ajustamentos em relação às políticas anteriormente traçadas, face às contingências de momento. Ainda assim, os objectivos centrais do Governo, nomeadamente a abertura económica e a reforma administrativa, não foram descurados. Pelo contrário, foram alcançados novos progressos e novos êxitos. A adopção de medidas preventivas, o alto grau de cooperação, a articulação das tarefas, a avaliação atempada e o aperfeiçoamento contínuo, foram qualidades que o Governo soube demonstrar na sua governação neste último ano. Esses resultados são o fruto da interacção e cooperação entre o Governo e a sociedade.

O Governo tem como missão servir a população. Na tomada de qualquer decisão política, o Governo deve ganhar a adesão da opinião pública, procurando garantir que a sua acção corresponda aos interesses da população e que seja executada com sucesso. Este é um princípio fundamental que norteia a actuação do Governo, tanto no passado, como no presente e no futuro. Nas políticas traçadas para o próximo ano, iremos continuar a privilegiar as acções que melhor sirvam os interesses da população, dando prioridade aos projectos de maior relevância. Ao mesmo tempo, iremos canalizar esforços na resolução de outras questões, na definição racional das prioridades, no reforço da articulação entre as várias políticas sectoriais e na complementaridade das diferentes forças sociais. Iremos promover medidas para libertar as forças criativas da sociedade, com vista a dar um maior espaço aos agentes sociais com sentido de responsabilidade, espírito empreendedor e capacidade de inovação. O Governo, sustentado pela opinião pública, irá dar novo alento aos trabalhos em curso, aperfeiçoando os aspectos menos conseguidos da sua acção, dedicando especial atenção na melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Administração e assegurar que os ideais e os objectivos da política governativa estejam sempre presentes em todas as suas actividades.

## **PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2003**

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Permitam-me que comece por fazer uma breve retrospectiva da actuação do Governo da RAEM no ano de 2003.

### **1- Continuidade nos trabalhos de Reforma Administrativa e progressos significativos nos serviços prestados ao público**

Neste último ano, foi dada continuidade à reforma da Administração Pública, conforme o plano definido. Lançámos projectos-piloto em várias áreas de serviços públicos, tendo alcançado progressos significativos. “A boa ferramenta faz o bom operário”. Com vista a consolidar os resultados já alcançados e para atingir um patamar de excelência mais elevado no próximo ano, realizámos um grande volume de trabalhos preparatórios no domínio dos recursos humanos e materiais, nomeadamente o aceleração da revisão do regime jurídico da Função Pública e o desenvolvimento do “Governo Electrónico”.

Para dar resposta às exigências relacionadas com o desenvolvimento da economia e as necessidades sociais de maior premência, o Governo instituiu o serviço “Loja do Cidadão” para o licenciamento de estabelecimentos comerciais. Esta medida veio a permitir uma maior celeridade na tramitação administrativa dos processos para acesso ao mercado pelos operadores do ramo. O serviço “Loja do Cidadão” tem as suas bases consolidadas no âmbito do Registo e Notariado e está a ser estendido a outros tipos de serviço. Por outro lado, o programa “Carta de Qualidade” está já a ser aplicado, embora com níveis diferentes de

execução, em todos os organismos que prestam directamente serviço ao público. Nas áreas onde ainda não existem condições para a implementação dos serviços “Loja do Cidadão” e “Carta de Qualidade”, procurámos otimizar os procedimentos administrativos e elevar a sua eficiência, de modo que a população seja beneficiada com os frutos da reforma.

No presente ano, a colaboração activa da população contribuiu para que fosse possível ao Governo alcançar resultados no âmbito dos trabalhos de prevenção epidémica e Saúde. Esta colaboração veio injectar nova força ao Governo, facilitando a sua inserção nas comunidades com vista a oferecer novos serviços. Esta relação de cooperação é testemunho de que a reforma e o aperfeiçoamento da Administração Pública são ideais e propósitos comungados pela Administração e pela sociedade em geral. A melhoria constante da qualidade dos serviços prestados pela Administração depende fundamentalmente de uma boa articulação entre o Governo e a sua população.

Em 2003, as actividades de combate à corrupção e as de auditoria prosseguiram de forma vigorosa. Os trabalhos destas duas áreas contribuíram de forma eficaz para a correcção de irregularidades e a repressão de infracções disciplinares. Essas acções revelaram-se indispensáveis para a defesa dos valores de justiça e racionalidade no procedimento administrativo e constituem uma garantia para o sucesso da reforma administrativa.

## **2- Aceleração dos passos de recuperação e emergência de um novo panorama económico pleno de vitalidade**

No decurso deste ano, em resposta à melhoria da conjuntura económica interna e externa, o Governo continuou a empenhar-se no aperfeiçoamento das condições da actividade comercial. A elaboração e a

revisão do primeiro pacote de diplomas legais relativos à Lei do Comércio Externo, a optimização gradual dos serviços administrativos e uma maior circulação de informações industrial e comercial, estimularam a vontade de investir dos empresários e aumentaram a sua confiança para a expansão das actividades. Por isso, os investimentos registados na RAEM durante este ano mantiveram uma tendência de crescimento estável, com especial relevância nos investimentos do exterior relacionados com os serviços “offshore”. Também foi possível constatar uma progressiva recuperação do mercado imobiliário.

Embora Macau tenha sido afectada pelos efeitos da SRAS, a indústria do turismo e do jogo continuou a apresentar resultados positivos, graças a factores externos e ao esforço desenvolvido pelo Governo e pelos vários sectores da sociedade. Após o termo do surto da epidemia, a indústria do turismo alcançou melhores resultados e com a promoção da política de “visto individual”, o mercado turístico registou uma grande expansão durante o período dos feriados nacionais do mês de Outubro. Até finais de Outubro, o número de turistas quase atingiu o nível registado no ano transacto e as receitas do sector do jogo apresentaram um aumento significativo que trouxe benefícios a vários ramos de actividades conexas. As perspectivas comerciais destes sectores são promissoras.

Neste último ano, o volume de exportação e importação em Macau foi relativamente satisfatório. É de salientar que no segundo trimestre, período atingido pelos efeitos da SRAS, muitos sectores foram severamente abalados. Mesmo assim, o desempenho do sector de exportações e importações manteve-se estável, o que contribuiu para o desenvolvimento constante da economia, ao longo do ano. Esta realidade pôs em evidência a importância da manutenção de um tecido industrial diversificado.

Não obstante a grande ameaça causada pela epidemia, o serviço de aviação civil conseguiu dar uma resposta eficaz às exigências da situação, logrando também aliviar os efeitos da quebra de passageiros. Para além disso, o serviço de aviação civil conseguiu aumentar o volume de carga

transportada, tendo, por isso, obtido resultados satisfatórios. Acompanhando o crescimento deste ramo, o sector logístico encontra-se em franco desenvolvimento e a penetração no mercado do Oeste de Guangdong conheceu novos avanços.

O Governo da RAEM mantém-se firme na continuidade da política de estabilidade do sector financeiro. No que respeita à fiscalização das actividades bancária e seguradora, foram adoptadas várias medidas com vista a assegurar a normalidade e o desenvolvimento saudável do mercado financeiro. Na sequência de um período de ajustamentos e de expansão nos últimos anos, o sector bancário conseguiu de um modo geral anular os efeitos nefastos da crise, caminhando gradualmente para a recuperação.

Considerando o desempenho relativamente satisfatório do sector do jogo, do turismo e de outros sectores, e os resultados de recuperação global da economia, estamos em condições de, com base nos índices positivos obtidos no ano que está a findar, prever que o PIB da RAEM continuará a manter uma tendência de crescimento.

### **3- Intensificação de relações com o exterior e concretização progressiva dos projectos de infra-estruturas**

Em 2003, o Governo da RAEM continuou empenhado no fomento da cooperação com o exterior. Para além de ter desenvolvido esforços no aprofundamento da integração da RAEM com a China Continental e outras regiões vizinhas, reforçou ainda a cooperação com outros países, em especial com os países de expressão portuguesa.

O Governo tem atribuído grande importância ao desenvolvimento das relações com a China Continental, nomeadamente no aceleramento da integração económica com a região do Delta do Rio das Pérolas, e no reforço da cooperação em outras áreas, com vista a alcançar o objectivo de uma partilha justa de recursos e a complementaridade das vantagens. Neste

contexto, o “Grupo de Ligação para a Cooperação entre Macau e Guangdong” tem um papel fulcral na coordenação e promoção das iniciativas. Durante o período da ameaça epidémica, o mecanismo de cooperação entre os dois territórios conseguiu manter um funcionamento eficiente, o que em muito contribuiu para a troca de informações, o intercâmbio de saberes e a realização de acções conjuntas de prevenção. A cooperação nos diversos domínios, nomeadamente, turismo, segurança, cultura, saúde, infra-estruturas e ambiente entre Macau e Guangdong alcançou resultados significativos de níveis diferentes. O sucesso da “Feira dos produtos afamados do Oeste de Guangdong” representa uma oportunidade para Macau de se afirmar como plataforma de apoio logístico para as actividades comerciais da região Oeste de Guangdong. O projecto conjunto da criação do “Parque Industrial Transfronteiriço Macau/Zhuhai” irá contribuir para o desenvolvimento da indústria transformadora de Macau. O lançamento dos trabalhos preparatórios para a construção da Ponte “Hong-Kong – Zhuhai – Macau”, irá acelerar o processo de integração económica das três regiões. A acção da “Comissão de Ligação Comercial do Interior do País e da RAEM” produziu os seus primeiros resultados, mormente no que respeita à eliminação da dupla tributação.

Em Outubro, foi realizado com êxito o “Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países Lusófonos”. Este evento lançou as bases para uma nova fase de desenvolvimento das relações de cooperação entre a Pátria e os países lusófonos e, simultaneamente, contribuiu para elevar o estatuto de Macau no plano internacional. O sucesso desta iniciativa resultou na afirmação da vocação de Macau enquanto plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de expressão portuguesa. Neste mesmo mês, foi também assinado o “Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre a China Continental e Macau”. A assinatura deste Acordo irá produzir efeitos profundos e trazer benefícios concretos, nomeadamente na promoção das facilidades comerciais e da cooperação económica entre o Continente e Macau e no aceleração da optimização da estrutura das indústrias locais.

Para melhor responder às necessidades originadas pelo desenvolvimento de Macau e pela cooperação regional, vários projectos de infra-estruturas de grandes dimensões estão sendo executados a um ritmo acelerado. A construção do edifício principal do novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco está praticamente concluída e a política de transferência de circulação de veículos para a fronteira do COTAI – Ilha da Montanha, adoptada no princípio deste ano, obteve resultados satisfatórios; a construção da terceira ponte Macau – Taipa já arrancou e os trabalhos estão a decorrer a bom ritmo. Os trabalhos relativos a medidas no âmbito de transportes transfronteiriços, que irão assegurar a ligação de Macau à região do Delta do Rio das Pérolas, vão entrar na fase de concepção.

As obras dos vários pavilhões desportivos e das instalações complementares para os Jogos da Ásia Oriental 2005 estão sendo executadas em cumprimento dos calendários estabelecidos, sob um rigoroso controlo de qualidade e segurança. Enquanto que certos pavilhões estão já construídos, outras instalações vão sendo concluídas gradualmente. O ordenamento de vários bairros, nomeadamente S. Lázaro, Ponte e Horta, NAPE e Barra, prossegue com normalidade e deu-se início à reconstrução do Porto Interior. As obras de remodelação da cidade de Macau estão sendo, gradualmente, lançadas. O arranque generalizado de todas essas obras irá estimular a procura interna, proporcionando, assim, um maior número de postos de trabalho para o sector de construção civil.

#### **4- Solidariedade de toda a população na campanha de prevenção da epidemia / Harmonia e estabilidade social**

Durante a primeira metade deste ano, à semelhança de outras regiões vizinhas, Macau foi confrontada com a ameaça iminente da SRAS. Esta ameaça constituiu, sem dúvida, um duro teste para a RAEM – estabelecida há poucos anos e cuja economia se encontrava em vias de recuperação. No entanto, com o sólido apoio da Pátria, associado à unidade de propósitos e

de esforços do Governo, dos profissionais de saúde e de toda a população, conseguimos vencer o desafio deste mal, alcançando resultados satisfatórios nesta primeira fase de combate.

Extraímos ensinamentos úteis nos trabalhos de luta contra a epidemia. Em primeiro lugar, o Governo conseguiu estabelecer, em tempo oportuno, mecanismos de resposta inter-departamentais comandados pelos titulares dos principais cargos, o que permitiu uma clara articulação de responsabilidades em todo o sistema de combate à epidemia, com capacidade para funcionar de forma organizada, rápida e eficaz. Soubemos tirar partido das condições endógenas favoráveis e reforçámos as nossas ligações e contactos com a Organização Mundial de Saúde, a China Continental e Hong Kong, obtendo a sua colaboração solidária em diversas áreas, designadamente nos recursos médicos, intercâmbio de técnicas e saberes e trocas de informações. Os profissionais de saúde, inspirados pelo espírito de dedicação de Florence Nightingale, lançaram-se aos trabalhos de prevenção com total entrega. Eles souberam em todos os momentos guardar uma atitude científica de rigor, mantendo-se, com coragem, nas fileiras da primeira linha de combate, em defesa da saúde e bem-estar da população. Mas, o mais importante ainda é o apoio incondicional que o Governo obteve da população, no âmbito da prevenção. As instituições da sociedade civil ofereceram voluntariamente os seus préstimos para colaborar com o Governo; cidadãos de quadrantes e profissões diferentes apresentaram com entusiasmo e criatividade ideias e sugestões; foram desenvolvidas campanhas de limpeza em diversos bairros, sendo de assinalar melhorias visíveis nas condições de higiene de várias zonas da cidade; notou-se, também, uma maior consciencialização da população para as necessidades de higiene e asseio e uma maior coesão social.

Face aos efeitos nefastos causados pela epidemia na economia de Macau – uma economia virada para o exterior, logo que se constatou um abrandamento dos riscos, o Governo, organizou, através de várias entidades e serviços, e em colaboração com instituições da sociedade civil

e estabelecimentos comerciais, diversas campanhas de grande escala, destinadas a estimular o consumo interno, atrair um maior número de visitantes a Macau e restabelecer a confiança da população e dos investidores. A participação activa das associações e dos cidadãos nessas actividades, associada a uma conjuntura externa favorável, uma revitalização do mercado doméstico e a rápida tendência crescente dos indicadores do sector dominante de Macau foram factores determinantes para a clara retoma da economia. A adesão maciça dos cidadãos contribuiu para aumentar os seus conhecimentos sobre Macau e fortalecer o seu sentimento de pertença.

A preocupação com as condições de vida da população e a assistência às camadas desfavorecidas constituem linhas de orientação política que o Governo continuará a prosseguir de forma convicta e inabalável. Ao longo deste ano, o Governo adoptou várias medidas de assistência especial destinadas às famílias vulneráveis e aos estudantes carenciados, designadamente no domínio de redução e isenção fiscais. Os organismos públicos, após estudadas as diferentes características e necessidades dos cidadãos, e tendo em conta a tendência do desenvolvimento social, continuaram a organizar diversas actividades nas áreas de saúde, desporto, arte, cultura e recreio. Esses organismos procuraram oferecer serviços sociais adequados, nomeadamente os que têm por destinatários as crianças, os jovens, os idosos e as famílias. A tranquilidade social e a harmonia entre as pessoas continuam a ser os valores predominantes da sociedade de Macau.

A educação é uma área prioritária da acção governativa. Os estabelecimentos de ensino superior conceberam novos cursos talhados para responder às necessidades locais, de entre os quais se destacam cursos para reforçar a capacidade linguística e outras acções destinadas a promover a investigação científica. No domínio do ensino básico, o processo de revisão do sistema educativo entrou na fase de consulta pública. Todos os profissionais da área de educação e a população que se

interessam pelo progresso do ensino de Macau estão a contribuir com as suas opiniões construtivas. Os cursos organizados no âmbito da educação contínua e formação profissional constituem medidas eficazes para a optimização dos recursos humanos.

## **5- Em conclusão**

Em 2003, o Governo adoptou medidas especiais para responder às situações de crise. Essas situações difíceis puseram em prova as capacidades administrativas do Governo e estimularam a sua vontade para o aperfeiçoamento contínuo. Em momentos críticos, o Governo conseguiu reordenar os recursos existentes e reorganizar os mecanismos vigentes, de modo a garantir uma maior eficácia das suas acções. Nós soubemos fazer face às situações de urgência, reduzindo ao mínimo os efeitos negativos acessórios das medidas provisórias e o seu impacto desfavorável noutros trabalhos. Esta experiência deixou marcas indeléveis no nosso modo de ver e sentir as coisas e foi convertida em lições de grande actualidade, úteis para a nossa governação futura. Porém, tudo o que foi dito anteriormente não passará de palavras ocas se não soubermos manter a perspicácia de compreender, com rapidez, os pequenos sinais indicadores dos fenómenos sociais. Esta é uma exigência que os dirigentes e demais agentes da Administração são obrigados a ter sempre presente.

Nestes últimos anos, o Governo tem vindo a adoptar medidas de apoio a curto prazo para melhorar as condições de vida da população e estimular a economia. Contudo, a companhia de prevenção da epidemia e o conjunto de trabalhos a ela relacionados determinaram que essas medidas de curto prazo ganhassem um significado relevante no seio das acções governativas. Procurámos conjugar as medidas de curto prazo com as tarefas de longo prazo e articular as acções de excepção com o trabalho quotidiano, promovendo a sua complementaridade. Esta postura tem por fim tirar partido da execução de medidas de curto prazo para acelerar a

realização de objectivos específicos da política governativa de longo prazo. A concepção dessas medidas provisórias foi uma experiência que enriqueceu os nossos saberes que em última análise, irão ser úteis para o aperfeiçoamento contínuo de outros trabalhos. A sociedade está em permanente mutação, dando, a todo o momento, origem a novas situações. Podemos então afirmar que, de certo modo, as providências de curto prazo fazem parte também da actividade normal do Governo. Na verdade, as providências de curto prazo representam uma força motriz para o aperfeiçoamento das acções governativas e constituem experiências-piloto úteis para ser aproveitadas enquanto referências para as acções de reforma.

Durante este ano de governação, o desempenho da maior parte dos funcionários públicos merece ser reconhecido: os que estavam na primeira linha das acções de prevenção da epidemia demonstraram excepcional zelo e total entrega, e os outros que, directa ou indirectamente, deram o seu contributo para a realização dos objectivos, responderam prontamente às solicitações sem descurar as suas tarefas quotidianas. Nestes quase quatro anos após o regresso de Macau à Pátria, os funcionários públicos ganharam uma maior consciência das exigências dos tempos presentes e da sua própria missão. Eles passaram a ter uma visão mais abrangente e clara dos objectivos das suas funções, e por isso, compreendem com maior acuidade as dificuldades e as necessidades dos cidadãos, oferecendo-se para dar-lhes maior apoio. As suas posturas, métodos de trabalho e eficiência registaram melhorias visíveis. Os dirigentes e demais agentes da Administração começaram a adquirir uma maior sensibilidade para as questões sociais e perspicácia política, revelando maturidade no domínio das políticas governamentais, razão pela qual conseguiram fazer traduzir, com maior eficácia, os conceitos e objectivos políticos nas suas acções. Nós compreendemos perfeitamente que para formar um corpo de funcionários públicos de elevada qualidade é preciso percorrer um longo caminho, cujas metas não podem ser atingidas de um dia para outro. No entanto, os funcionários públicos investiram grandes esforços para cumprir as suas responsabilidades profissionais e em acções de auto-valorização, e

aprenderam com as suas experiências. Hoje, embora ainda têm aspectos que podem ser melhorados, constatamos uma mudança de mentalidades na sua actuação, um aproveitamento mais inteligente das suas experiências e a aplicação de metodologias inovadoras nos seus trabalhos. Esses funcionários constituem hoje um corpo de homens e mulheres em permanente auto-aperfeiçoamento, ao serviço da população.

Todavia, nem o Governo, nem os funcionários devem contentar-se com os resultados alcançados, pois, sabemos que o tempo não espera por ninguém. Por cada segundo que passa, somos confrontados com as mais variadas transformações, pelo que os resultados ora alcançados não servem para ocultar as insuficiências, nem são garantia de êxitos futuros. Por isso, não devemos nunca transformar os sucessos de hoje em obstáculos que venham a criar limites à nossa capacidade de realização. Todos os funcionários públicos, e em especial, os dirigentes e as chefias, têm a obrigação de possuir uma perspectiva de conjunto e uma visão estratégica virada para o futuro. A classe dirigente deve, a todo o momento, manter uma consciência de risco para, em circunstâncias complexas, não perder o rumo da sua missão e saber tomar com audácia as decisões mais correctas na resolução dos grandes desafios sociais. Assim, com coesão reforçada, seremos capazes de lançarmo-nos nas tarefas de reconstrução após a ocorrência desses acontecimentos. Na definição das políticas a executar, a primeira linha de preocupação do Governo recai sempre nas condições de vida dos cidadãos e das suas aspirações, porque elas constituem um estímulo para os nossos esforços de lhes servir melhor. Devemos procurar inserir na vivência dos diversos sectores sociais para compreender melhor as genuínas necessidades da população e não apenas conceber políticas abstractas, longe da realidade das suas vidas. Para além de auscultar a opinião da comunicação social, devemos ouvir com humildade as vozes do cidadão comum. Iremos alargar a utilização dos mecanismos de consulta existentes e explorar outras vias de auscultação de opinião, promovendo a sua complementaridade, para efeitos de uma recolha abrangente e oportuna de informações sociais. Precisamos de compreender e ter em consideração

os anseios e aspirações das diferentes comunidades, de modo a proporcionar-lhes melhores serviços, evitando a ocorrência de atritos sociais. Na ponderação das questões, há que elevar o nível de análise, partindo do particular para o geral, da abordagem meramente técnica para um grau mais conceptual, fazendo subir a constatação de um incidente social para uma visão política global. Há que estabelecer metas viáveis para a realização de serviços úteis para a população e não encobrir as lacunas com trâmites burocráticos ambíguos e incompreensíveis, nem utilizar resultados obtidos na execução de trabalhos menos importantes para disfarçar as insuficiências nos trabalhos essenciais. Não se deve também fazer uso do sucesso em trabalhos de fachada para ocultar as faltas em trabalhos que exigem eficácia real. As políticas a definir não se reduzem a meras palavras de ordem, porque as pessoas exigem resultados concretos. Desde o retorno de Macau à Pátria, constata-se um aperfeiçoamento das políticas a executar, e algumas áreas cinzentas na Administração foram clarificadas em tempo oportuno. Tudo isto foi conseguido graças a uma postura de colaboração inter-serviços, pondo de lado todas as preocupações de defesa de interesses corporativistas. O espírito de equipa que existe nos funcionários públicos deve ser elevado de um nível de simples coordenação operacional para um nível em que as pessoas comungam e partilham todos os momentos de glória e assumem colectivamente as consequências das suas falhas, de um nível de cooperação funcional para um patamar de sintonia de propósitos. Nos serviços, o pessoal dirigente e as chefias devem exigir mais de si próprios e ser justos e tomar a iniciativa de se interessar pelos seus subordinados. Devem também assumir um comportamento exemplar para que a sua orientação dos trabalhos seja compreendida e respeitada.

Os princípios e as exigências que acabo de mencionar, uns já foram preliminarmente conseguidos, outros não estão tão bem consolidados e ainda existem alguns que carecem do nosso maior empenho. Seja como for, não devemos estar satisfeitos com os resultados alcançados, nem é admissível retrocessos, porque apenas elevando continuamente o

profissionalismo, a qualidade do desempenho, a capacidade intelectual e os valores éticos de todos os funcionários públicos, é que o Governo deixará de ser refém de condicionalismos exógenos e factores conjunturais de momento. Só assim é que nós poderemos manter um bom nível de serviço, prevenir situações de crise, enfrentar com eficácia qualquer incidente negativo e superar as mais variadas dificuldades no processo de governação, pagando o menor preço. Só assim é que podemos ir ao encontro das expectativas da população.

## **SEGUNDA PARTE – PRIORIDADES DA ACÇÃO GOVERANTIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2004**

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

### **1- Aprofundar a Reforma Administrativa e construir uma sociedade justa**

O ano 2004 será o ano de aprofundamento, em todos os níveis, da reforma da Administração Pública. Desde o retorno de Macau à Pátria, o Governo tem vindo a adoptar um conjunto de políticas de reforma, com vista a responder às expectativas da população em relação aos serviços públicos. Muito embora essas políticas tenham, no seu todo, alcançado resultados que mereceram o reconhecimento da população, subsistem aspectos pontuais que exigem ser aperfeiçoados, com vista a garantir o seu desenvolvimento, com sucesso, a longo prazo. As políticas executadas à pressa e carentes de uma suficiente ponderação, podem dar origem a novos problemas ou situações de correcção exagerada. Este é um facto que merece a nossa atenção. Ao preocuparmo-nos com o aperfeiçoamento de certos serviços, é possível que estejamos a descurar os problemas de outros serviços. A oferta de um serviço mais qualificado por certos departamentos pode não obter a necessária colaboração de outros departamentos. As mesmas políticas aplicadas em departamentos diferentes, poderão originar resultados diferentes. Algumas políticas até podem ser perfeitas na nossa opinião, mas, na realidade, a população pode não ter o mesmo entendimento. Por isso, consideramos que as acções de reavaliação e de reajustamento das reformas são fundamentais para a consolidação das suas bases. Essas acções são essenciais para elevar a qualidade de todo o

processo de reforma, servindo também para evitar que o Governo, para atingir os objectivos traçados, siga por caminhos tortuosos.

As medidas de reforma que deram provas da sua eficácia e com menos efeitos secundários serão alargadas. Da análise das exigências manifestadas pela população e pela sociedade, concluímos que é preferível uma reforma sistemática e regulamentada a uma reforma dispersa e incoerente. As reformas incidindo em serviços particulares e áreas pontuais, devem dar lugar a uma reforma geral, aplicável a todos os serviços. As reformas insensíveis às preocupações humanas e que se limitam a meras alterações procedimentais, devem evoluir rumo a um tipo de reforma mais atenta ao pormenor e ao elemento humano. As reformas em algumas áreas devem evoluir de um modelo tradicional de passividade, em que os serviços respondem face a solicitações da população, para um modelo pró-activo em que esses tomam a iniciativa de se aproximar das necessidades dos utentes. Devemos, também, avaliar com rigor científico a eficácia das acções da reforma, procurando evitar o dispêndio de energias desnecessárias e elevar as capacidades de auto-renovação de todos os agentes do processo da reforma. Para além da reforma das estruturas, devemos consolidar o espírito de coesão de todos os funcionários, para que as suas capacidades possam ser testadas e avaliadas. Assim, tanto os cidadãos, como os funcionários serão os verdadeiros beneficiários da reforma. Tudo o que acabei de referir faz parte dos trabalhos prioritários que o Governo tem delineado para o próximo ano, no âmbito da reforma administrativa.

Em 2004, a reforma jurídica prosseguir-se-á a um ritmo acelerado, tendo em conta as condições existentes e sempre na salvaguarda da sua qualidade. Devemos adoptar medidas regulamentares cujos efeitos sejam quantificáveis e medidas de simplificação de procedimentos, com vista a eliminar os obstáculos técnicos que impedem o bom andamento da reforma jurídica. Iremos criar mecanismos de consulta sobre a reforma jurídica destinados a aproveitar a sabedoria e a alargar a base de consenso da

sociedade. Devemos construir uma visão global da reforma jurídica, de forma a articular os trabalhos das diferentes áreas de Direito, reduzindo as eventuais incompatibilidades que possam existir entre elas, sem descuidar as necessidades de aperfeiçoamento dos serviços oferecidos pela Administração e as medidas prementes necessárias para melhorar a qualidade de vida da população. A nossa reforma jurídica terá que acompanhar a evolução dos tempos e reflectir as transformações sociais. Esta reforma deve preservar a uniformidade do sistema jurídico e garantir a sua estabilidade ao longo dos tempos. Considerando o objecto e o grau de complexidade da reforma jurídica nesta presente fase, e à grande insuficiência de recursos específicos necessários à sua execução, poderemos correr o risco de sacrificar a qualidade na tentativa de procura de resultados rápidos. Um conjunto de diplomas de má qualidade é prejudicial para a sociedade e anularia a satisfação de uma apresentação pronta de um trabalho feito, podendo até causar danos irreparáveis, tanto no presente como no futuro. Acreditamos que a população tem capacidade para compreender esta realidade e irá continuar a apoiar a opção do Governo de seguir uma via cautelosa, mas firme, nas reformas. A obra de reforma jurídica que temos à nossa frente comporta uma dimensão jamais igualada na História de Macau. Assim, iremos ser claros e coerentes na nossa exigência de acelerar os trabalhos de reforma em todas as áreas em que é possível apressar os passos, não admitindo demoras e atrasos.

A defesa dos valores de justiça constitui a pedra basilar do primado da lei e vai ao encontro das aspirações da população. A vida da sociedade tornou-se mais complexa com o conseqüente aumento de factores que propiciam a prática criminal. Por este motivo, a segurança não é uma área de intervenção que podemos dar-nos ao luxo de dedicar menor atenção. Iremos investir todas as nossas energias no aperfeiçoamento do desempenho das forças policiais, melhorando a sua gestão e reprimindo os fenómenos de corrupção existentes no seu seio. É nossa política reforçar a aplicação justa do regime de prémios e punições e promover agentes com relevante contributo na resolução de casos. Queremos transformar as forças

policiais num corpo de agentes com moral elevado, motivado para usar todas as suas capacidades na repressão e combate à criminalidade.

A recuperação económica irá produzir fenómenos de aliciamento para a prática do crime de corrupção, pelo que devemos intensificar as nossas acções de prevenção e investigação desses comportamentos, não deixando que nem um infractor comprovado deste crime escape às malhas da lei. O combate eficaz da corrupção e um comportamento ético fundamentado na honestidade e integridade são essenciais para a construção de uma sociedade justa. O combate da corrupção não se restringe apenas às acções da área judiciária, pois é uma componente relevante do progresso humano. É nossa obrigação alargar a nossa base de apoio no seio da população para assegurar que os valores de honestidade e integridade constituam uma força moral de grande potência, para efeitos de repressão eficaz de todos os fenómenos de corrupção.

O valor de justiça social, para além de se traduzir no espírito da legalidade, também deve estar presente no combate aos fenómenos de miséria, por forma a proporcionar assistência aos mais desfavorecidos. Esta assistência comporta uma vertente material e uma vertente humana. Esta é uma área que, no âmbito da acção do Governo, representa um desafio a conquistar. O Governo continuará a manter uma estreita colaboração com as instituições da sociedade civil e irá mobilizar as sinergias dos organismos de solidariedade social do exterior para prestar auxílio aos mais carenciados, aos doentes, aos jovens marginalizados, às vítimas de violência doméstica e a todos os outros que, por alguma razão, são vítimas de outros males ou se encontram em situação de risco. Estamos todos empenhados para que essas pessoas venham a ter condições para se reintegrar na sociedade e reganhem uma visão optimista quanto ao futuro. Não iremos poupar esforços para investigar e proceder criminalmente os autores de crimes de ofensa à integridade física das pessoas. Estamos empenhados em combater com vigor o fenómeno da violência e garantir que as suas vítimas recebam adequada protecção. O Governo, tendo em

atenção as carências dos mais necessitados, irá tomar medidas para alargar, de forma adequada, a cobertura dos serviços de assistência social. Nós iremos conjugar os nossos esforços com a população para que as acções de higiene pessoal e saneamento básico integrem a primeira linha de defesa contra as doenças, elevando a qualidade geral do sistema de saúde pública. Iremos concertar as nossas iniciativas para prevenir a ocorrência de doenças contagiosas com as tarefas de segurança pública, a fim de construirmos uma comunidade saudável e segura. Com vista a assegurar os interesses públicos e a imagem da cidade, o Governo irá ser implacável na repressão de crimes de burla, nomeadamente os casos de “conto de vigário” que tem por vítima os turistas e as fraudes para a obtenção de benefícios sociais. O Governo, através de vias justas e institucionais, irá apoiar na resolução dos problemas resultantes da relação de procura e oferta no mercado de trabalho. Não iremos, nunca, tolerar que a mão-de-obra ilegal venha a prejudicar os interesses legítimos dos trabalhadores locais.

O espírito de bem servir nos tempos modernos fundamenta-se na capacidade de se antecipar aos acontecimentos e na capacidade de agarrar as oportunidades em tempo útil. As acções governativas destinadas a melhorar a qualidade de vida da população, para além de ter como objectivo a resolução das suas dificuldades momentâneas, deve também procurar antever o rumo de evolução das situações a partir da análise do mais ínfimo sinal. Devemos saber generalizar as conclusões resultantes do estudo de um caso isolado e prever a cadeia de consequências a partir de uma situação pontual. Só assim podemos aperfeiçoar e elevar, de imediato, a qualidade dos serviços prestados. Se nos faltar a presciência, apercebendo-nos do problema apenas no momento em que a situação atinge um patamar irreversível, então, seria demasiado tarde. Isto eventualmente poderá fazer com que o Governo deixe escapar uma oportunidade singular, com prejuízos também para os interesses da população.

## **2- Promoção do desenvolvimento económico e optimização da estrutura industrial**

O turismo e o jogo, enquanto indústria dominante da RAEM, tem sido, nestes últimos anos, a principal força que está a alimentar o crescimento da economia local. No próximo ano, o Governo procurará alargar os efeitos desta força. Com o aparecimento de factores positivos no mercado externo, nomeadamente a implementação da política de “turismo de visto individual”, prevê-se que o número de visitantes a Macau se mantenha a um nível satisfatório. A gradual concretização dos projectos de investimento das empresas do sector do jogo e a conclusão de grandes obras de infra-estruturas do sector de turismo irão contribuir para o aperfeiçoamento do equipamento físico da área do jogo e do turismo. Se é verdade que registamos um aumento dos factores positivos, as oportunidades só batem à porta daqueles que estão preparados. Para isso, o Governo da RAEM, acompanhando de perto a evolução da situação, irá promover activamente a optimização das condições para o exercício de actividades empresariais. Neste contexto, o Governo da RAEM irá envidar, com pragmatismo e seriedade, maiores esforços na elaboração, aperfeiçoamento e execução de diplomas, na simplificação dos procedimentos administrativos, na formação de quadros profissionais, na consolidação e alargamento de mercados, na optimização e incremento de recursos turísticos, na promoção e expansão da cooperação regional e na prevenção e combate de irregularidades. Nos próximos anos, iremos concentrar a nossa atenção na expansão e no investimento nas áreas de turismo de convenções e turismo comercial, e o Governo irá manter uma cooperação eficaz com os agentes destes sectores e também com as regiões vizinhas. O Governo irá reforçar a coordenação com os sectores e instituições da sociedade civil, e irá estimular a força empreendedora da população para que as sinergias reunidas possam produzir maiores efeitos, resultando numa maior eficiência e desenvolvimento da nossa indústria dominante. Ao mesmo tempo, o Governo irá investir na ampliação da força motriz da indústria dominante para que se converta em efeitos que

possam estimular o crescimento dos ramos a ela conexos, designadamente hotelaria, venda a retalho, transportes e sector financeiro. Pretendemos com essa política revitalizar o sector de serviços.

É certo que o desenvolvimento acelerado da indústria dominante contribui para o crescimento da economia local, mas este desenvolvimento traz igualmente grandes desafios à nossa capacidade de resposta. Temos que saber, em tempo oportuno e de uma forma profunda, se os nossos recursos humanos e materiais estão aptos para responder às rápidas mudanças da conjuntura. Por isso, o Governo irá investir nos estudos e na análise das questões, para avaliar com objectividade, as capacidades do território em proporcionar os serviços necessários para a realização dos eventos e definir as estratégias correctas. Devemos manter o nosso sentido de alerta para evitar a prática de actos de curta visão, motivados apenas pela ânsia de alcançar resultados rápidos ou atitudes de indiferença, sem vontade de aperfeiçoamento. Devemos ter a consciência de que a boa qualidade dos serviços e um mercado turístico saudável são factores cruciais para o desenvolvimento sustentado do sector dominante de Macau, pelo que o Governo irá conjugar esforços com os agentes desses sectores para promover o seu desenvolvimento.

A optimização da estrutura industrial está estreitamente relacionada com o desenvolvimento sustentado de Macau, o suficiente emprego dos cidadãos e a estabilidade e prosperidade da sociedade. Por isso, é nesta área que o Governo irá dedicar maior atenção. A par do apoio prestado ao desenvolvimento do sector dominante, o Governo encontra-se igualmente empenhado em apoiar o desenvolvimento saudável da indústria transformadora e de outras indústrias tradicionais. Com o forte apoio da Pátria, o projecto da “Zona Industrial Transfronteiriça Macau/Zhuhai” irá obter autorização do Governo Central, pelo que, dentro em breve, serão plenamente lançadas as obras de construção das infra-estruturas e de elaboração dos respectivos diplomas. Este projecto desfrutará das vantagens resultantes da aplicação do princípio “um país, dois sistemas”, e

irá contribuir para a complementaridade dos pontos fortes de Macau e Zhuhai. Esta evolução é favorável para o desenvolvimento e a elevação do nível das indústrias transformadoras de Macau, para a captação de maiores e mais prestigiados investimentos estrangeiros, com efeitos positivos na optimização da estrutura industrial e no emprego dos trabalhadores locais. Para além de elevar a qualificação das indústrias tradicionais, o Governo da RAEM continuará a empenhar esforços no apoio e na formação de novos ramos de actividade com potencialidades. O serviço “offshore” é uma das actividades introduzidas nestes últimos anos com melhores resultados. O Governo irá apoiar o desenvolvimento estável deste novo sector, através do lançamento de melhores e mais eficazes serviços de captação de investimentos e de acompanhamento, e ainda, da oferta de incentivos fiscais, sem descurar a fiscalização do cumprimento rigoroso dos diplomas reguladores. O Governo irá criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento das indústrias de protecção ambiental e das indústrias médica e farmacêutica em concertação com o prémio “The Champion of the Earth” e a candidatura para o título de “Cidade Saudável”. Nestes últimos anos, foram igualmente notórios os progressos realizados nos domínios do serviço logístico e aviação civil e da indústria de convenções, pelo que o Governo continuará a dar atenção e apoio ao seu crescimento. O Governo irá envidar esforços no sentido de tornar as novas indústrias com potencialidades de desenvolvimento em exemplos de sucesso e agentes catalizadores de crescimento económico, concretizando a diversificação adequada das indústrias e proporcionando mais oportunidades de desenvolvimento à juventude.

O Governo tem sempre valorizado o contributo das pequenas e médias empresas locais. No futuro, iremos continuar a prestar o necessário apoio, para que as pequenas e médias empresas possam acompanhar o desenvolvimento de Macau. No próximo ano, a par de intensificar a optimização das condições do mercado, o Governo dará continuidade aos três programas de apoio financeiro às pequenas e médias empresas, encorajando os jovens a desenvolver projectos empresariais. O Governo,

através de acções no domínio económico, comercial, de ciências e tecnologias, de gestão, de informação e de penetração de mercados estrangeiros, irá reforçar o apoio às pequenas e médias empresas.

Assegurar postos de emprego em número suficiente à população de Macau continuará a ser a prioridade das acções governativas da RAEM para o próximo ano. Podemos verificar que, com a melhoria do ambiente económico, a situação de emprego em Macau manteve-se basicamente estável. No entanto, não houve notícias positivas relevantes no que diz respeito ao desemprego estrutural originado pela conversão estrutural das indústrias, sendo os trabalhadores de meia idade e com nível de instrução mais baixo os mais afectados por esta realidade. Por isso, o Governo continuará a valorizar as políticas laborais eficazes, no sentido de assegurar o emprego aos trabalhadores locais, e também irá adoptar medidas específicas no próximo ano. O Governo irá ainda intensificar e aperfeiçoar os trabalhos de formação pré-profissional e profissional, no sentido de elevar a competitividade dos recursos humanos locais, sendo de destacar o reforço da relação intrínseca do binómio formação/emprego. O Governo irá apoiar fortemente a concretização do projecto do “Parque Industrial Transfronteiriço” no sentido de criar mais postos de trabalho dentro do mais curto espaço de tempo. Além disso, uma maior divulgação atempada das informações sobre o mercado de emprego e uma correspondência acertada entre os que procuram trabalho e os postos oferecidos constituirão responsabilidades a atribuir à Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego. O Governo irá envidar esforços para auxiliar os trabalhadores locais a auto-valorizar-se rapidamente, a fim de que estejam aptos para ocupar postos nas obras privadas e públicas, partilhando o desenvolvimento e progresso com a RAEM. Por outro lado, com vista a responder às necessidades de desenvolvimento, o Governo irá, através dos trabalhos da “Comissão de Recursos Humanos”, assegurar uma adequada importação de quadros qualificados e de trabalhadores-não-residentes necessários.

Para efeitos de um desenvolvimento equilibrado da sociedade e o

aperfeiçoamento dos sistemas de segurança social e fiscal, o Governo, após uma avaliação rigorosa da sua capacidade para suportar encargos financeiros, decidiu ampliar a cobertura do sistema de segurança social para abranger também os trabalhadores por conta própria dos ramos de construção civil, pescas e transporte de carga. Com esta medida, o número de contribuintes do Fundo de Segurança Social passará a representar 70% da população activa. Assim, o serviço oferecido pela Segurança Social de Macau tornar-se-á mais abrangente. O Governo, para assegurar o justo equilíbrio entre a taxa máxima do Imposto Complementar de Rendimentos e a taxa máxima do Imposto Profissional e para promover mais investimentos, irá apresentar à Assembleia Legislativa, no primeiro semestre do próximo ano, a proposta de revisão do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, visando a redução da sua taxa máxima.

Com vista a conciliar as exigências do desenvolvimento económico com as necessidades de qualidade de vida da população, o Governo irá intensificar os trabalhos de planeamento urbano, implementando, de forma programada, os projectos de construção de infra-estruturas. O Governo, de acordo com as características e condições dos bairros comunitários, irá acelerar as obras de ordenamento e embelezamento urbanos, empenhar-se no aperfeiçoamento das infra-estruturas e instalações complementares nos novos bairros e irá incluir na sua agenda o plano de reconstrução dos bairros antigos. Em resposta à emergência de novas indústrias, o Governo irá afectar mais terrenos para facilitar o seu desenvolvimento. O Governo, no respeito das cláusulas contratuais reguladoras, irá desenvolver esforços para que a produção de energia seja mais compatível com as necessidades de crescimento económico.

### **3- Tirar partido das oportunidades proporcionadas pelo Acordo CEPA e impulsionar a cooperação regional**

A RAEM, devido à sua economia de pequena escala, tem uma relação de dependência com o exterior. Devido a esse condicionalismo, não devemos adoptar um modelo de desenvolvimento fechado, sem capacidade de resposta à situação conjuntural externa. Esta opção não é viável nem é desejável. Olhando para a situação actual da China e do exterior, constatamos que a cooperação regional tem alcançado um maior progresso, face ao contínuo desenvolvimento da globalização económica. Tendo em conta o peso do factor China, é de assinalar o aceleração da construção da “Zona de Comércio Livre China-ASEAN”; o Delta do Rio Yangtze destacou-se na concorrência entre os diferentes blocos de integração regional do Continente Chinês e o Grande Delta do Rio das Pérolas – onde Macau está inserido – ganhou uma nova relevância na cooperação regional. Com a evolução da conjuntura e o aperfeiçoamento das nossas vantagens, a RAEM irá lançar-se nos trabalhos de integração regional, ampliando os resultados concretos de cooperação.

O Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau, assinado no mês transacto, proporcionou novas e importantes oportunidades à RAEM, bem como condições mais favoráveis para a nossa participação na cooperação regional. O Acordo CEPA, assente no quadro da Organização Mundial de Comércio, traduz-se num desenvolvimento criativo das nossas condições privilegiadas resultantes da concretização do princípio “um país, dois sistemas”. É neste quadro que será acelerada a integração económica entre Macau e o Continente Chinês, com vista a um salto qualitativo, a bem do progresso de Macau. Tirando partido de maiores facilidades de investimento comercial e de uma mais ampla liberalização do comércio de mercadorias e serviços, os empresários e profissionais de Macau terão maior capacidade para promover as exportações e serviços tradicionais para um mercado vasto e dinâmico que é a China Continental. Desta forma, mais

investidores estrangeiros virão a Macau para desenvolver projectos conjuntos com empresários locais, com vista a penetrar no mercado do Continente Chinês. Este processo terá o apoio activo do Governo da RAEM, nomeadamente nos domínios prioritários, incluindo a promoção de produtos de valor acrescentado, bem como o estabelecimento e a divulgação da marca “Made in Macau”. Com a implementação gradual do Acordo CEPA, prevemos que a optimização e o reajustamento estrutural das indústrias de Macau serão acelerados para pôr em evidência a nossa vocação e o papel intermediário de plataforma regional de serviços comerciais.

Para concretizar a política “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos”, e promover a cooperação e complementaridade e o desenvolvimento regional, importa que sejam abertos novos rumos com uma atitude pragmática e lançar projectos cujos efeitos possam ser ampliados, tendo em atenção os condicionalismos geográficos existentes. Considerando as necessidades e potencialidades de cooperação regional, será acelerada a nossa integração com a economia do Grande Delta do Rio das Pérolas, especialmente com Zhuhai e a zona Oeste da Província de Guangdong. Esta política deve ser a prioridade da nossa cooperação com o exterior. A construção e o desenvolvimento do “Parque Industrial Transfronteiriço”, bem como a aceleração da cooperação comercial com a zona Oeste da Província de Guangdong, não só respondem às necessidades do actual desenvolvimento económico, como também nos ajudam a dominar melhor os procedimentos de cooperação regional. Essas acções permitem-nos retirar ensinamentos das experiências no aproveitamento das condições privilegiadas resultantes da aplicação do princípio “um país, dois sistemas” e estendê-las para um domínio mais amplo de cooperação. Poderemos tirar partido das vantagens singulares no plano linguístico, relações inter-pessoais e ligações históricas, bem como do apoio total da Pátria, para ultrapassarmos as limitações territoriais que restringem a nossa cooperação com os países de língua portuguesa e os empresários chineses dispersos no

mundo. O Governo da RAEM também promoverá o intercâmbio comercial e os laços estreitos que nos une às diferentes regiões do Continente Chinês, países e territórios da Ásia, Europa e Estados Unidos de América. No desenvolvimento desta relação de cooperação, é-nos exigido uma atitude pragmática assente no crescimento em quantidade e na atenção à qualidade, sendo esta última a exigência fundamental. Com base neste princípio, procuraremos testar novos conceitos de cooperação e potenciar os seus efeitos, tendo em conta as contingências conjunturais. Para que esta abordagem dê resultados, o Governo e a sociedade civil devem valorizar as potencialidades resultantes da articulação da nossa singularidade com as vantagens da China, tirando partido das oportunidades oferecidas pelo Acordo CEPA para desenvolver projectos de cooperação com o exterior. Em seguida, devemos começar a considerar, seriamente, a possibilidade de prosseguir gradualmente a cooperação, em vários níveis, com a zona Oeste da Província de Guangdong, a região do Sudoeste e os países de ASEAN, nos próximos anos, em conjugação com a estratégia de consolidação da “Zona de Comércio Livre China-ASEAN”. Assim, Macau será um dos membros e beneficiados desta iniciativa.

A construção da “plataforma de serviços comerciais para a zona Oeste da Província de Guangdong”, “plataforma de apoio ao intercâmbio e cooperação com os empresários chineses dispersos no mundo” e “plataforma de apoio à cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa”, tem por fim concretizar a política “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos”. A nossa meta é desenvolver as vantagens comparativas de Macau e fomentar o desenvolvimento da indústria de serviços. Esta política tem a adesão da população em geral e é, por isso que os trabalhos preliminares do processo de constituição destas plataformas têm decorrido de forma eficiente. Actualmente, a nossa prioridade é acelerar a conjugação do papel destas três plataformas com as oportunidades oferecidas pelo Acordo CEPA. É através desta combinação que lançaremos as sementes para a emergência de uma força motriz mais

potente para o desenvolvimento. A par disso, considerando as características destas plataformas, o Governo da RAEM irá atribuir uma maior atenção para acelerar a sua consolidação, empenhando-se de forma séria e activa. Iremos desenvolver acções e esforços coordenados no âmbito da reforma do regime jurídico, e apoio administrativo, técnico e informativo. Iremos acelerar a construção das infra-estruturas de serviços intermediários e garantir a oferta de serviços de melhor qualidade pelos departamentos competentes da área económica e comercial e organismos especializados.

Para fazer face às necessidades de desenvolvimento económico e da cooperação com o exterior, no próximo ano, será aumentado o investimento na construção de infra-estruturas de comunicações, visando não só um aperfeiçoamento acelerado das instalações complementares de comunicação marítima, terrestre e aérea, como também à articulação do sistema de comunicação local com a rede e o plano de desenvolvimento da região. Por outro lado, procuraremos dar por concluídas, dentro do mais curto tempo possível, as obras do Novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e impulsionar a construção da terceira ponte Macau-Taipa, sob uma fiscalização rigorosa de qualidade e segurança na execução das obras. O Governo irá dar pleno apoio aos trabalhos preparatórios das obras da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e do troço de ligação a Macau da auto-estrada Pequim-Zhuhai.

De salientar que neste processo o Governo desempenha um papel orientador e de apoio. O desenvolvimento pleno do papel das plataformas de serviços depende dos esforços da população e dos diferentes sectores da sociedade. Apoiamos e encorajamos, por isso, as empresas e os cidadãos de Macau a participar neste processo. Eles poderão assumir o papel de intermediário entre as pequenas e médias empresas da Pátria e as dos países de língua portuguesa e de outros países. Também podem estabelecer relações de parceria comercial ou cooperação estratégica, com vista a impulsionar as suas próprias actividades. Tendo em consideração as

experiências dos empresários locais que se aventuraram na projecção das suas actividades para o exterior, o Governo concederá maior apoio no âmbito de prestação de informação, avaliação de riscos e formação de recursos humanos.

A meta final da cooperação regional é garantir um progresso comum e alcançar um sucesso que traga benefícios para todas as partes. Para que esta meta seja atingida, importa que tiremos pleno partido dos frutos da cooperação e que contribuamos activamente para a integração regional. Prevemos que a maior parte dos sectores de Macau retirará benefícios desta cooperação regional, mas, há que reconhecer que, eventualmente, alguns sectores ou empresas poderão cair em dificuldades. Porém, acreditamos que estes sectores e os cidadãos irão trabalhar com afinco para fazer face aos desafios, tendo em conta os interesses globais. É certo que o Governo não deixará de coordenar as várias medidas e prestar-lhes o apoio necessário. Por outro lado, devido à emergência de novas situações e tecnologias, é provável que o papel intermediário, tradicionalmente assumido pela RAEM, possa vir a ser enfraquecido, pelo que, temos de potenciar e ampliar as vantagens do factor “recursos humanos” – um elemento insubstituível. Só assim seremos capazes de criar condições favoráveis, e só assim Macau pode assegurar que o seu papel de intermediário possa ter continuidade, de forma sustentada.

#### **4- Preparar a Reforma Educativa e impulsionar o desenvolvimento humano**

Com a recuperação económica de Macau, temos uma consciência mais profunda que as mais valias humanas constituem uma componente essencial. Da avaliação do panorama, chegámos à conclusão que as nossas mais valias humanas já não correspondem às necessidades do desenvolvimento geral da sociedade, nem a qualidade dos nossos recursos domésticos estão em condições para responder às exigências de

intercâmbio com o exterior. O nível dos nossos valores éticos também não é compatível com a complexidade de um mundo em mutação constante. Para colmatar essas lacunas, a educação é um instrumento fundamental. A educação é, neste contexto, o primeiro e o último meio, pelo que não iremos alijar as responsabilidades neste domínio.

A educação é um factor decisivo na determinação da qualidade das pessoas, da qualidade da nossa sociedade e da qualidade do nosso Governo. A determinação do que é correcto e o que é errado e do sucesso ou o fracasso de um empreendimento é dependente da avaliação da qualidade das coisas, pelo que também é dependente da educação. O êxito dos trabalhos, mesmo que sejam realizados com a melhor das intenções, sob orientações claras e com um planeamento correcto, em última análise, depende da qualidade do factor humano, que tem por base a educação. Os recursos humanos qualificados têm um papel fulcral no aperfeiçoamento das coisas, mas a ausência de qualidade nas pessoas, só pode contribuir para degradar aquilo que antes era bom.

A Educação em Macau, incluindo o seu sistema e o seu modelo de desenvolvimento, tem qualidades que passaram o teste dos tempos. Nos últimos anos, face aos desafios colocados pela sociedade moderna, muitas escolas decidiram actualizar os seus conceitos pedagógicos, reajustar os seus programas e redefinir as suas estratégias. Todas essas acções reflectem a sua opção irreversível pela reforma educativa. Tendo presente esta tendência, o Governo entendeu ser, hoje, o momento oportuno para avaliar e rever o sistema educativo de Macau, a bem do progresso desta terra e o bem-estar da população e das gerações vindouras.

A nossa política de reforma educativa, para além de assentar na tradição de liberdade de criação de escolas, irá atrair a vinda de elementos progressistas, com vista a elevar a qualidade do ensino em geral. Tanto no ensino superior como no ensino não-superior, cabe-nos articular de forma orgânica todas as componentes e agentes do sistema educativo, designadamente os estudantes, pais, administradores escolares e

professores, o processo de inscrição de alunos, o ingresso escolar, os programas escolares, as actividades pedagógicas, os exames, o aproveitamento e acesso escolar para atingir a meta final de elevação da qualidade de conhecimentos e valores humanos dos estudantes. Iremos tomar medidas adequadas para oferecer mais alternativas de escolha aos pais e estudantes e estimular a concorrência das escolas. Iremos também subir os padrões de exigência no acesso ao ensino superior, a fim de garantir que os estudantes sejam de boa qualidade. Iremos recrutar docentes qualificados dotados de adequadas habilitações superiores e experiência académica. Também iremos prosseguir um modelo pedagógico flexível e dinâmico para desenvolver a capacidade intelectual dos alunos. Iremos lançar medidas destinadas a melhorar o parque informático de aplicação pedagógica e promover o desenvolvimento do ensino por meios informáticos. O plano pedagógico dará importância aos hábitos de leitura. Iremos promover nas disciplinas curriculares o hábito de leitura para despertar o interesse dos alunos pela leitura ao longo de toda a sua vida. A par disso, o Governo irá promover a “localização” do conteúdo curricular, a começar pelo ensino pré-escolar até ao ensino superior. Os estabelecimentos do ensino superior devem fazer esforços para se aproximar dos níveis de excelência das instituições académicas internacionais e investir nas acções pedagógicas e de investigação da sociedade local. O Governo irá promover a generalização de conhecimentos científicos e incutir aos estudantes uma postura de aprendizagem fundamentada no rigor e na objectividade, estimulando as suas capacidades criativas e imaginação. Assim, pretendemos que o pensamento científico esteja mais enraizado no ensino, para que os seus frutos possam ser estendidos para toda a população, contribuindo para elevar a qualidade da sociedade.

O Governo irá tomar medidas para aliviar os encargos dos pais resultantes da escolaridade dos seus filhos. Também iremos dar apoio aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, nomeadamente os provenientes de famílias monoparentais em condições precárias,

garantindo assim a todos a oportunidade e o direito de acesso ao ensino. Desta forma, mais jovens dotados de potencialidades, mas carentes de condições, poderão prosseguir os estudos. Entendemos que há necessidade de estudar e analisar os factores que impedem a aprendizagem do aluno, avaliando as razões do abandono escolar, a fim de definir estratégias eficazes para eliminar este fenómeno. Por outro lado, iremos harmonizar e conjugar a formação profissional e a educação contínua, com vista a transformar Macau numa cidade vocacionada para a permanente aquisição de conhecimentos e saberes.

A generosidade, o multiculturalismo, a tolerância e o entendimento constituem, por excelência, os valores humanos que caracterizam a nossa sociedade. Macau, no contexto da Pátria e da Ásia, é conhecida como uma cidade em que a solidariedade entre as pessoas está imbuída em todas as vivências e relações, e esta é uma das razões porque muitos escolheram esta terra para viver, crescer e desenvolver. É também por esta razão que todos os anos muitos do exterior nos vêm visitar. Temos a obrigação de dar continuidade e irradiar esta tradição. Para tal, a educação é certamente um ponto de partida. Por isso, iremos desenvolver acções para garantir que esses valores sejam presentes desde o nível de ensino pré-escolar até ao ensino superior, desde o ensino básico à educação contínua. Só quando toda a sociedade ganhar consciência do carácter essencial desses valores, é que estaremos em condições para encontrar soluções viáveis aos problemas sociais, incluindo os problemas dos jovens e adultos. Só assim é que estaremos armados para resistir às provações, e só assim é que teremos capacidades para ultrapassar os escolhos de percurso, conquistando a vitória final.

Em relação à juventude de Macau, acreditamos que muitos jovens têm grandes potencialidades que ainda não foram devidamente exploradas em razão de condicionalismos fora do seu controlo. Alguns, devido às condições objectivas menos favoráveis, não tiveram a oportunidade de desenvolver as suas potencialidades, o que os coloca na sombra ao longo

deste período da sua vida. É nossa obrigação incentivar os nossos jovens a cultivar interesses por actividades saudáveis, estimulando o seu gosto pela Ciência e por outros saberes. Os problemas dos jovens, parte tem a sua origem em factores que se prendem com a sua pessoa e, parte é causada pelos adultos. Nós somos a favor da colaboração família/escola, ao estreitamento de relações pais/filhos, e para tal, iremos organizar actividades recreativas e culturais que têm os jovens como destinatários. Esta é uma forma de os adultos assumir as suas responsabilidades para com os jovens. Pensamos que, cabe aos adultos dar o primeiro passo hoje, começando por abrir mais espaços para os jovens demonstrar as suas capacidades, oferecendo-lhes oportunidades para realização de projectos. Só assim é que esses jovens poderão ter um futuro. Só assim é que poderão ser pessoas úteis para a realização de interesses colectivos. Não devemos impor aquilo que entendemos ser as necessidades dos jovens como se as suas reais aspirações fossem, muito menos fazer sacrificar os seus interesses para satisfazer os nossos desejos. No convívio com os jovens, devemos dar-lhes orientações em vez de ordens, dar-lhes conselhos em vez de reprimi-los, dar-lhes carinho em vez de ignorá-los. É esta a responsabilidade dum sociedade aberta que valoriza o humanismo e uma obrigação irrecusável do Governo.

Macau é uma cidade cultural cheia de vitalidade, com características próprias que põem em evidência o seu presente moderno e o seu passado histórico. A combinação de todos esses traços singulares faz com que ela seja uma terra que atrai muitos visitantes. As actividades culturais de Macau comportam uma vertente espiritual e uma vertente material, conjugando o utopismo e a realidade, a coesão interna e a abertura para aceitar experiências novas. A riqueza das vivências pessoais acompanha e integra uma cultura multifacetada e colorida. A política cultural do Governo deve potenciar essas características únicas.

A fim de expandir os horizontes culturais da população, despertando-lhe o interesse pela cultura, iremos incentivar os cidadãos a participar em

actividades culturais. Procuraremos introduzir uma componente cultural na cadeia de transmissão de conhecimentos, elevando as faculdades de apreciação estética da população. Acreditamos que os frutos dessas acções constituirão um estímulo motivador aos nossos agentes culturais para elevar a qualidade das suas obras. No ensino curricular, iremos tomar medidas para institucionalizar as disciplinas de Arte e Cultura, com vista a lançar as primeiras sementes destinadas à emergência de futuros artistas. A par da organização de eventos artísticos virados para o grande público, iremos também promover iniciativas artísticas de pequena escala nos bairros comunitários, abrindo assim oportunidades para integrar as forças criativas nas vivências comunitárias. Essas actividades constituem elementos caracterizadores da nossa abordagem cultural assente no binómio alta cultura/cultura plural. Iremos promover a interacção e a relação de complementaridade entre eventos para o grande público e iniciativas artísticas de pequena escala. Iremos aproximarmo-nos das entidades e organizações culturais populares para auscultar as suas necessidades e conceder-lhes apoios. Iremos também ouvir, com atenção, as recomendações e conselhos avisados dos agentes culturais de Macau e alargar o campo de interesse de todos os apreciadores de arte. Tudo isto contribuirá para integrar as artes na sociedade.

Na sequência da abertura de Macau ao exterior, a abertura para a organização de actividades culturais tem um papel relevante neste processo. Iremos abrir espaço para que actividades culturais, artísticas e desportivas internacionais de temática e modalidades diferentes possam ter lugar e desenvolver em Macau, enriquecendo de forma profunda a cultura desta terra. Iremos recrutar, ao exterior, docentes, peritos de grande mérito e investigadores que se especializaram na História e Cultura de Macau. Pretendemos com essas acções elevar as condições profissionais dos nossos agentes culturais, fazendo aproximar as suas obras e realizações de padrões mais elevados de exigência qualitativa e encurtar a distância do nível de eventos de Macau do de eventos culturais internacionais. Também devemos atribuir a devida atenção aos fenómenos de desequilíbrio no

desenvolvimento cultural. Iremos dar um maior impulso ao desenvolvimento de estudos filosóficos, literários, históricos e arqueológicos, teoria da arte e crítica literária. Macau precisa de um desenvolvimento cultural global de alto nível, e este desenvolvimento deve fundamentar-se numa sólida base científica.

Estamos a aproximarmo-nos da data de realização da 4<sup>a</sup>. edição dos Jogos da Ásia Oriental. Este importante evento irá dar um impulso decisivo ao desenvolvimento desportivo de Macau, abrindo novas oportunidades para o progresso da RAEM que exigem ser bem aproveitadas por todos nós. Com a conclusão da construção do equipamento físico dos jogos, iremos acelerar a formação dos recursos humanos necessários, com vista a elevar o nível de desempenho desportivo dos atletas de Macau e generalizar a prática desportiva para toda a população. Esta é uma obra fundamental para a estratégia de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos elementos humanos da nossa sociedade e para o reforço da nossa coesão.

Macau é uma terra em que a componente cultural e a componente turística estão intrinsecamente ligadas. Por esta razão, no planeamento urbano e na construção de infraestruturas, para além de termos que considerar as necessidades de desenvolvimento económico, ordenamento comunitário e a rede de comunicações, devemos também atribuir uma grande atenção ao aspecto físico global da cidade para garantir harmonia e equilíbrio das suas paisagens. Para atingir este objectivo, devemos integrar as memórias históricas com as impressões contemporâneas, o património humano com as paisagens naturais e as condições económicas com o ambiente cultural. Só assim é que podemos fazer com que a população se sinta identificada com a sua cidade, valorizando-a como a sua terra. Só assim é que os visitantes do exterior se sentem atraídos pela singularidade da nossa cidade, guardando as suas imagens sempre na memória.

## **TERCEIRA PARTE – EVOLUIR COM OS TEMPOS E COORDENAR O DESENVOLVIMENTO**

A sinergia de esforços da população e do Governo constitui uma base sólida para o nosso progresso. A atenção e o apoio da Pátria são uma força mobilizadora favorável ao desenvolvimento de Macau. Com a concretização das diversas acções governativas, associada aos efeitos produzidos gradualmente no âmbito do Acordo CEPA, Macau, certamente, poderá contar com novas oportunidades. Podemos antever perspectivas optimistas em relação à evolução de Macau.

No entanto, há que ter consciência de que a abertura de um panorama de oportunidades não irá trazer benefícios a todas as pessoas e nem todos os beneficiados poderão desfrutar o mesmo grau de vantagens. Há uma verdade que deve ser dita: “as oportunidades têm de ser agarradas no momento certo”. Por isso, diz-se que “uma oportunidade que se perde, dificilmente torna a aparecer”. Hesitar em agir, descurar as oportunidades ou ser demasiado optimista são sinónimos de uma postura incorrecta. É de salientar que, se nós não soubermos tirar partido das oportunidades, estas poderão desaparecer num instante ou mesmo, às vezes, transformar-se em obstáculos imprevistos. Na verdade, no processo de desenvolvimento, somos sempre obrigados a enfrentar desafios e riscos. A nossa governação não pode, nem deve depender das contingências do factor “sorte”. Trabalhar com tenacidade e avançar sem desfalecimentos, ter sempre presente os interesses colectivos e ter uma noção clara das exigências dos tempos modernos são a única via para fazer face às oportunidades e aos desafios e superar as dificuldades.

Ter uma atitude moderna exige uma permanente actualização das nossas ideias e conceitos. Devemos corrigir os nossos vícios de pessimismo e conformação, porque as dificuldades com que nos debatemos hoje não são eternas, nem constituem um obstáculo para o surgimento de novas oportunidades. Aqui, quero referir aos valores confiança, coragem e espírito de iniciativa. Mais vale ter um espírito combativo do que estar de

braços cruzados, conformando-se com o destino. Quem espera muito vê fugir-lhe das mãos as oportunidades. Devemos sempre lançarmo-nos na luta para vencer os desafios, reajustando as nossas estratégias de acordo com as circunstâncias. Devemos também converter os nossos individualismos em espírito de equipa. Com a introdução dos elementos de abertura e concorrência em todos as vertentes da nossa vida, a concertação e a união de esforços ganharam uma relevância inegável. No plano da Administração Pública, para além de procurarmos a colaboração interna entre dirigentes e subordinados, há que desenvolver mais esforços para a colaboração horizontal. Os serviços públicos têm também a obrigação de atribuir a devida atenção à cooperação e integração económica inter-regional.

A inovação é o motor do desenvolvimento social e uma exigência dos tempos modernos. Devemos promover o aperfeiçoamento das nossas instituições, o desenvolvimento da nossa cultura e o progresso económico com espírito inovador. Se esta atitude estiver presente nos nossos trabalhos quotidianos, veremos subir a qualidade do que produzimos. Só assim é que no trabalho de rotina conseguiremos expressar as nossas melhores qualidades. Às vezes, constatamos que algumas medidas não estão ajustadas ao desenvolvimento social e não foi possível fazer corresponder a distribuição de recursos às condições institucionais vigentes. Mas isto não significa que devemos deixar-nos cair na passividade. O elemento humano é essencial em todos os níveis. Devemos desenvolver uma abordagem inovadora, procurando descobrir potenciais fontes de recursos. Devemos aperfeiçoar a nossa gestão para fugir às limitações impostas, procurando melhorar os serviços e elevar a qualidade da nossa governação.

Para se desenvolver na modernidade, há que promover o aperfeiçoamento contínuo das instituições, ter um espírito perspicaz e saber reagir oportunamente. Macau é uma sociedade aberta, daí que a conjuntura externa e os factores endógenos exercem sobre ela um grande impacto. Neste sentido, devemos acompanhar com grande atenção a evolução desses

factores para aperfeiçoar a nossa capacidade de resposta. Nos projectos de desenvolvimento que elaboramos, devemos sempre atender às realidades locais e manter um nível adequado de flexibilidade. Esta postura, aliada à criação e aperfeiçoamento dos mecanismos, irá conceder-nos capacidades de resposta mais céleres, mais correctas e mais eficazes e também irá permitir-nos governar de forma ordenada e planeada, face aos desafios imprevistos. Devemos garantir a racionalidade do equilíbrio entre o planeamento e a reacção a contingências. Devemos também tomar o pulso dos sentimentos da população e conhecer com objectividade as realidades. Os dirigentes e demais agentes da Administração devem aproximar-se dos cidadãos para ouvir com paciência, humildade e atenção os seus anseios e aspirações. Eles devem integrar, de forma orgânica, a opinião pública e a sabedoria científica para fundamentar as opções políticas com rigor e racionalidade.

Há que esclarecer que as exigências de modernidade não se traduzem apenas na ênfase simplista de que tudo tem de ser feito de forma rápida. Nestes últimos dois anos, alcançámos um crescimento económico relativamente rápido. Este facto fortaleceu as nossas bases económicas e consolidou os alicerces para o nosso desenvolvimento futuro. No entanto, não basta realçar apenas na velocidade do crescimento, pois o mais importante ainda é o aperfeiçoamento qualitativo. Isto quer dizer que, por um lado, devemos manter um nível racional de crescimento económico e, por outro, evitar as derrapagens resultantes da instabilidade económica. Devemos assegurar a justeza e a estabilidade dos custos económicos e custos sociais, para que seja atingido um melhor nível de rentabilização social. Devemos ter consciência que o crescimento é um pressuposto e a base de desenvolvimento, mas os dois conceitos não são sinónimos. Devemos, em primeiro lugar, obter resultados em várias áreas, designadamente a optimização das estruturas económicas, o aperfeiçoamento das instituições, a melhoria da qualidade de vida e a existência de condições ambientais de qualidade. Na perspectiva da sociedade no seu todo, temos a obrigação de investir mais na elevação dos

índices de desenvolvimento humano e promoção da legalidade. Acreditamos que a estabilidade social e o seu desenvolvimento sustentado dependem do crescimento económico e a sua articulação com o progresso social.

Ao avançarmos com passos firmes, temos de prestar maior atenção e avaliar correctamente a relação entre a estabilidade e o desenvolvimento. A experiência de governação nestes quatro anos ensinou-nos que a estabilidade é a base de sustento do desenvolvimento de Macau. Sem estabilidade social e sem a sinergia de esforços da população e do Governo, o desenvolvimento de Macau não passa de um chavão. Mas, também estamos convencidos que a procura de estabilidade pela estabilidade, sem espírito de iniciativa, impede-nos de ganhar as capacidades necessárias para enfrentar os novos desafios. Este desequilíbrio simplista não corresponde à verdade da dialéctica dos factos, nem vai ao encontro das aspirações de progresso da população. Na verdade, as inovações servem para produzir ideias e realidades novas para substituir as coisas que se tornaram obsoletas. Só assim é que podemos consolidar as bases do bem-estar dos nossos cidadãos de uma forma sustentada. Por isso, não pouparemos esforços para preservar a estabilidade de Macau e potenciar as qualidades das nossas tradições, mas, também devemos ter uma visão estratégica e apoiar o desenvolvimento harmonioso dos elementos positivos e saudáveis da sociedade

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Ao longo deste ano, a economia, de uma forma geral, tem prosseguido na senda de recuperação. A confiança da população é cada vez maior, mas os diversos ramos de actividades ainda mantêm diferenças no seu desempenho. Algumas pequenas e médias empresas não conseguiram alcançar um nível de negócios significativo, e alguns dos nossos cidadãos ainda estão a lutar com dificuldades. O Governo atribui particular atenção a

essas realidades. Continuaremos, portanto, a amparar e prestar apoio adequado e oportuno às pequenas e médias empresas e cidadãos em situações difíceis. Com a emergência de factores favoráveis internos e externos, as actividades comerciais conhecerão maior vitalidade e a situação de emprego será melhorada. Encorajamos e apoiamos as pequenas e médias empresas para evoluir com os tempos e a auto-valorizar-se, tirando partido das oportunidades que lhes são oferecidas. O nosso objectivo é caminharmos em conjunto para alcançar o progresso. Para que isto seja possível, o Governo da RAEM irá implementar, no próximo ano, as seguintes medidas de apoio:

**Medidas de redução e isenção fiscais de curto prazo:**

- Dar continuidade à medida de redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa;
- Dar continuidade à medida de isenção da contribuição industrial do ano 2004;
- Dar continuidade à medida de redução em 500 patacas da contribuição predial para todos os empresários e proprietários de fracções habitacionais, ficando isento do seu pagamento nos casos em que o montante devido seja igual ou inferior a 500 patacas;
- Dar continuidade à medida de isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais;
- Dar continuidade à medida de isenção do imposto de turismo dos restaurantes;
- Isenção da taxa de licença de exploração aos vendilhões em 2004.

A aplicação desta política de redução e isenção fiscais implica uma diminuição de receitas fiscais, em 2004, na ordem de 230 milhões de patacas.

**Medidas no âmbito de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas:**

- Dar continuidade ao “Programa Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, “Programa de Financiamento de Projectos de Pequenas e Médias Empresas” e “Programa de Crédito para o Aperfeiçoamento de Exploração das Pequenas e Médias Empresas”;
- Aperfeiçoamento e acelerar a concretização do “Programa de Apoio ao Arranque de Novas Empresas” destinado a incentivar a população e, em especial, os jovens a criar empresas.

**Medidas a curto prazo no âmbito de optimização de recursos humanos e promoção do emprego :**

- Ajustamento dos cursos de formação cultural;

Após revista a eficácia dos cursos e considerada as opiniões de vários sectores, o Governo decidiu dar continuidade aos cursos de formação cultural destinados a desempregados em dificuldades, sob outro modelo que comporta virtualidades de produzir efeitos mais concretos. Os desempregados que frequentarem os cursos ganharão novas aptidões úteis para a sua reintegração no mercado de trabalho e receberão subsídios adequados para a sua manutenção. Este projecto contará também com a intervenção do Instituto de Acção Social, que irá prestar assistência aos familiares dos desempregados.

- Para efeitos de aperfeiçoamento das condições físicas dos bairros comunitários e a concretização da política “trabalho sim, caridade não”, o Governo, com a colaboração das instituições da sociedade civil, irá criar novos postos de trabalho na área de serviços sociais;
- Em resposta às necessidades resultantes da realização da 4<sup>a</sup>. edição

dos Jogos da Ásia Oriental e do desenvolvimento social, o Governo, no próximo ano, irá prosseguir com investimentos públicos na concretização de vários projectos de infra-estruturas, a fim de garantir a estabilidade da situação de emprego.

**Medidas de curto prazo no âmbito de solidariedade social:**

- Continuar a atribuir, a título excepcional, uma verba de 20 milhões de patacas, destinada a apoiar três tipos de famílias fragilizadas, a saber: famílias monoparentais, famílias com membros deficientes e famílias com membros que padecem de doenças crónicas;
- Dar continuidade à medida de reforço orçamental, no valor de 10 milhões de patacas, destinado a subsidiar material escolar, por forma a apoiar os estudantes carenciados.

**CONCLUSÃO**

Excelentíssima Senhora Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

A RAEM está a prosseguir na senda da recuperação. A abertura económica e a reforma administrativa passaram a ser exigências incontornáveis dos nossos tempos e da sociedade. Os conceitos de abertura e reforma constituem, hoje, os fundamentos comuns que unem a acção do Governo e os esforços de colaboração dos cidadãos. É nosso dever garantir que a abertura económica e a reforma administrativa se prossigam rumo a um desenvolvimento saudável e sólido, sem retrocessos nem desvios. Cabe ao Governo assegurar que as opções no âmbito desses objectivos

correspondam aos interesses globais de Macau e garantir que a sua velocidade de realização e metodologias sejam compatíveis com as condições e características históricas, políticas e económicas da nossa sociedade. Para atingir este objectivo é indispensável que o Governo saiba interpretar correctamente a vontade da opinião pública, elevar a qualidade de governação e articular as tarefas imediatas com os objectivos estratégicos. Cabe ao Governo harmonizar os trabalhos quotidianos com as exigências de um sentido de missão, para estar em condições de apresentar resultados que se traduzam no bem-estar da população.

Os fenómenos de desequilíbrio de desenvolvimento social são caracterizados por níveis de graduação distintos. Hoje, ainda vemos em Macau cidadãos em situações de dificuldade. No futuro, mesmo que venhamos a atingir índices de prosperidade apreciáveis, ainda seremos chamados para estender a mão aos mais necessitados de entre nós. Por isso, é um dever inalienável do Governo ajudar os cidadãos a sair das dificuldades, apoiando-os a recuperar as forças e a reconstituir a sua dignidade para integrar a sociedade de cabeça erguida. É obrigação de todos funcionários públicos manter uma atitude de respeito e simpatia para com os cidadãos e procurar colocar-se no lugar deles. Só quando conseguirmos identificarmo-nos com as aspirações e anseios da população é que sentiremos a força motivadora que nos inspirará a fazer mais e melhor para servir.

Nestes quase quatro anos, passámos por duras provações – a crise financeira, a reestruturação da economia, o atentado de 11 de Setembro e a pneumonia atípica. Estes desafios serviram para fortalecer a nossa resistência, tornando-nos mais capazes e aptos para enfrentar, com confiança, o que o futuro nos reserva. Tirámos lições dessas experiências que nos fazem sentir a verdade das seguintes afirmações: devemos ter sempre a coragem para avançar sem vacilações; nos momentos de contingência, devemos mantermo-nos sempre unidos e solidários; do preço que pagámos pelas nossas falhas, aprendemos a valorizar a qualidade e do

processo de recuperação, ficámos a conhecer a importância de colocar em primeiro plano os interesses globais. Ao perspectivarmos o futuro, estou convencido que, desde que não nos deixemos seduzir por utopismos e fantasias irrealistas e saibamos, com pragmatismo e sentido de realidade, trabalhar para consolidar os alicerces do nosso desenvolvimento, e desde que saibamos realizar o trabalho quotidiano com seriedade e dedicação, então, teremos capacidades para enfrentar todos os desafios. Desta forma, a prosperidade e o progresso deixarão de ser ideais inalcançáveis, porque estão firmemente nas nossas mãos.

No momento em que estamos empenhados na revitalização de Macau, é oportuno destacar o valor de responsabilização solidária nos bons e maus momentos. Neste processo, iremos assistir inevitavelmente a uma colisão e integração entre valores tradicionais e conceitos modernos; elementos distintos de áreas diferenciadas irão competir e eliminar-se mutuamente; desafios imprevistos e contingências conjunturais irão dar origem a desequilíbrios sociais que tornam a realidade em que vivemos mais complexa. Neste contexto, é natural que uns saem vitoriosos enquanto que outros cairão derrotados; uns desenvolverão os seus projectos sem obstáculos e outros irão debater-se com dificuldades; alguns realizarão as suas ambições em primeiro tempo e ainda há aqueles que, partindo em desvantagem, conquistarão o sucesso antes dos outros. Faço esta afirmação não só porque o nosso desenvolvimento é dependente de um ambiente social harmonioso e estável, e as nossas forças derivam do espírito de unidade e entre-ajuda. Mas, mais ainda, entendo que esta responsabilização representa o pilar de valores éticos que sustenta a relação entre Macau e nossa Pátria, o Governo e população, as comunidades e o indivíduo e entre as pessoas. Com esta força valorizada é que podemos garantir que as políticas traçadas pelo Governo venham ao encontro dos verdadeiros interesses da sua população. Só com essa responsabilização é que podemos construir um corpo de funcionários públicos que se identifica com valores superiores e altamente motivada para servir os interesses colectivos. Só com essa responsabilização é que todos e um em relação ao

outro podemos conviver, trabalhar e prosperar em conjunto. Só com essa responsabilização é que podemos construir uma sociedade mais solidária, mais moral, mais generosa, mais unida e mais justa. Não queremos uma sociedade em que as pessoas sejam mesquinhas e invejosas, egoístas e interesseiras. Também não queremos que os nossos cidadãos procurem a felicidade na desgraça alheia. Estou convicto que os homens e mulheres de Macau, cada vez mais conscientes desse valor, ao realizar os seus projectos e alcançar o sucesso e progresso que merecem, não deixarão de estender a mão aos que, de entre nós, precisam de auxílio. Eles saberão sentir-se inspirados pelos sucessos de outros e não irão zombar das misérias dos infortunados ou destruí-los com críticas maliciosas. Os homens e mulheres de Macau, hoje, não só partilham de um passado comum, mas também estão unidos fraternalmente no presente e no futuro, rumo ao progresso que está à vista. Eles saberão encorajar-se mutuamente e têm consciência dos seus deveres, mas também estão dispostos a fazer sacrifícios, com vista a construir um amanhã mais promissor. Iremos caminhar de mãos dadas para enfrentar com coragem e determinação todos os desafios, construindo a História a que temos direito.

Desde o estabelecimento da nossa Região Administrativa Especial, o Governo Central nunca deixou de dispensar-nos a sua atenção e apoio. Ao longo deste ano, as medidas adoptadas no âmbito da prevenção da SRAS, a política de “turismo de visto individual”, a realização do “Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países Lusófonos” e a assinatura do “Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre a China Continental e Macau” testemunham uma verdade inequívoca: nos momentos cruciais em que somos confrontados com os mais difíceis desafios, o Governo Central estará sempre do nosso lado de forma solidária, apoiando-nos com todas as suas forças. Este carinho tem um significado especial de efeitos insubstituíveis na resolução dos nossos problemas momentâneos e na construção das nossas bases para o desenvolvimento. Em nome da RAEM, quero expressar, aqui, o nosso profundo reconhecimento ao Governo Central.

Ao terminar, permitam-me reiterar as saudações à Assembleia Legislativa e expressar a minha apreciação pelo trabalho desenvolvido. A Assembleia Legislativa, enquanto órgão legislativo de Macau, tem sempre dispensado uma fiscalização rigorosa e um apoio solidário às acções do Governo. A Assembleia Legislativa, no exercício da sua acção, contribuiu para promover que as políticas definidas pelo Governo acompanhem os nossos tempos. Quero endereçar à Assembleia Legislativa os meus sinceros agradecimentos.

Em última análise, os mais de quatrocentos mil cidadãos de Macau são os verdadeiros actores que protagonizaram o desenvolvimento desta terra com a sua inteligência e espírito de trabalho. Cada um deles, na sua profissão e ramo de actividade, constitui, na sua colectividade, a esperança do sucesso de Macau e o seu futuro. Eles formam uma base segura e profunda que todos os dias sustenta a acção do Governo. Quero deixar aqui expressos os meus sinceros sentimentos de gratidão para com toda a população de Macau.

Tenho dito.

Obrigado Senhora Presidente.

Obrigado Senhores Deputados.